

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

O ATRASO CRESCENTE DO PAÍS, O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PORTUGUESES, E A INCAPACIDADE PARA UTILIZAR DE UMA FORMA EFICIENTE E ATEMPADA OS FUNDOS COMUNITÁRIOS DO “Portugal 2020”, “PRR” e “Portugal 2030”. A PERDA DE 1258 MILHÕES € DE PODER DE COMPRA DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS SÓ EM 2022 DEVIDO AOS ATRASOS E À ESCALADA DE PREÇOS

**A IMPUGNAÇÃO DAS ELEIÇÕES DA ADSE QUE AFINAL NÃO ERA IMPUGNAÇÃO, MAS SIM UM PEDIDO ILEGAL PARA QUE FOSSEM ANULADOS APENAS OS VOTOS DA LISTA VENCEDORA, A LISTA B**

A Lista F, que concorreu às eleições da ADSE, e obteve apenas 1,3% votos válidos (498 votos) não impugnou o ato eleitoral como alguns órgãos de informação noticiaram, mas o que queria é que fossem “**considerados NULOS os votos eletrónicos obtidos pela LISTA B (a que obteve 35,2% dos votos) e apenas considerados válidos os votos depositados em urna e os votos por correspondência a favor da mesma Lista**” (transcrito na íntegra), portanto uma pretensão não prevista na lei. E a justificação apresentada era que a lista B tinha colocado panos em lugares públicos apelando o voto nas eleições da ADSE e ao voto na lista B e solicitado a algumas autarquias do norte locais com acesso à Internet para quaisquer beneficiários com direito a voto (trabalhadores e aposentados da Função Pública) pudessem votar eletronicamente pois há muitos trabalhadores que não têm Internet. Se a solicitação da Lista F era absurda não era menos absurda os motivos apresentados. A confirmar isso, o próprio representante da Lista F nem compareceu na reunião da Comissão Eleitoral onde se discutiu e emitiu um parecer sobre o pedido da Lista F. O objetivo era claro: que aparecesse na comunicação social, como apareceu, que as eleições da ADSE tinham sido impugnadas com o objetivo de fragilizar a ADSE. Infelizmente há jornalistas que continuam a publicar notícias sem qualquer investigação ou contraditório para apurar a verdade. Mas assim vai o jornalismo em Portugal. Não há nada a fazer. **A Comissão eleitoral aprovou com 7 votos um parecer onde considerou que “A impugnação não inclui quaisquer provas do que nela é alegado”. E “não existe qualquer prova de que uma lista tenha sido “beneficiada” em resultado das ações acima relatadas”**. Apenas votaram contra os apoiantes das listas que não elegeram quaisquer membros (eng. Proença e Abrão da UGT). O desejo era conseguir na secretaria o que não conseguiram nas urnas. O parecer negativo foi enviado para a tutela (SEAP/Ministério da Presidência) que tem 7 dias para decidir

A quebra no investimento quer total quer público em Portugal tem contribuído para o atraso do país e para fragilidade enorme da economia portuguesa e para o baixo nível das condições de vida dos portugueses. Os setores que mais se têm desenvolvido são de baixa e média tecnologia, e inovação, e de baixos salários (ex. o turismo). E vai-se provar.

**Quadro 1— O investimento (FBCF) total e público médio na União Europeia e em Portugal medido em % do PIB**

INVESTIMENTO TOTAL E INVESTIMENTO PÚBLICO	2010	2011/2015	2016/2021
FBCF (investimento) TOTAL NA U.E. em % do PIB - Média U.E.	20,7%	20,2%	21,5%
FBCF (investimento) TOTAL NO PAÍS em % do PIB - Média PORTUGAL	20,6%	15,9%	17,9%
FBCF (investimento) TOTAL PÚBLICO em % do PIB - Média U.E.	3,6%	3,1%	3,0%
FBCF (investimento) TOTAL PÚBLICO em % do PIB - média PORTUGAL	5,3%	2,5%	2,0%

FONTE: EUROSTAT

Excetuando o ano de 2010, em todo o período 2011/2021, o investimento total e público em Portugal, medido em % do PIB, foi muito inferior à média dos países da União Europeia. Em Portugal, tantos os governos de PSD/CDS/Troika como os do PS Costa/Centeno/Leão e agora Costa/Medina têm cortado drasticamente no investimento público para reduzir o défice orçamental (em média entre 19,4% e 33,3%), com consequências dramáticas para o país e para a vida dos portugueses. **Esta taxa investimento sempre inferior à média da U.E. teve como consequência que a taxa média de crescimento económico (PIB) no período 2010/2021 (12 anos) foi na U.E. de 1,3%/ano e, em Portugal, de apenas 0,8% (-38,5%) segundo o Eurostat. O atraso do nosso país em relação à média da U.E. aumentou**

Face a este quadro dramático gerador de atraso e de baixas condições de vida, a insensibilidade e mesmo irresponsabilidade como o governo e empresários encaram os atrasos na utilização/execução atempada e eficiente dos fundos comunitários que têm sido postos à disposição do país para o modernizar e desenvolver é chocante. **Há vários anos a esta parte que temos chamado a atenção em vários estudos que publicamos para este facto que tem causado enormes prejuízos ao país, mas pouca atenção tem tido. Só este ano é que o presidente da República “acordou” para este atraso sistemático que tem condenado Portugal ao subdesenvolvimento e a ser ultrapassado por países que antes estavam na cauda da União Europeia.** Eliza Ferreira, comissária europeia, já em 14/12/2020 reconheceu que “há coisas que têm de ser corrigidas” e que a aplicação dos fundos europeus “tem de ser radicalmente diferente da reprodução do passado” tendo alertado que Portugal corre o “risco” “a ser ultrapassado por muitos outros”. Mesmo depois do presidente da República ter “acordado” e ter chamado a atenção para este facto, o governo, veio dizer que tudo estava bem, portanto nada ia mudar e os objetivos seriam cumpridos. E os responsáveis pelos respetivos programas comunitários,

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

obedientemente repetiram o mesmo embora um deles (o do PRR) tenha dito que a “máquina do Estado mostra incapacidade”. Mesmo assim tudo continua “alegremente” na mesma sem que se tomem as medidas.

### O QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL “PORTUGAL 2020”, CUJOS FUNDOS COMUNITÁRIOS PODIAM E DEVIAM SER UTILIZADOS NO PERÍODO DE 2014-2020, EM SET.2022 ESTAVAM POR UTILIZAR 5647 MILHÕES €

De acordo com o Boletim nº 30 de set.2022 da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, que é o instituto público responsável pela monitorização da execução do “Portugal 2020” financiado com 26.546 milhões € de fundos comunitários para serem utilizados no período 2014/2020, o nível de execução é o que consta do quadro seguinte que construímos com os dados divulgados por esta agência do governo que estão disponíveis a todos interessados.

**Quadro 2-Execução do quadro financeiro “PORTUGAL 2020” para executar no período 2014 a 2020**

PORTUGAL 2020 PROGRAMAS OPERACIONAIS	PORTUGAL 2020 Fundos comunitários atribuídos a Portugal para o período 2014/2020 Milhões € (1)	EXECUTADO (despesa executada) De 2014/2020 Milhões € (2)	EXECUTADO (despesa executada) desde 2014 a setembro de 2022 - Milhões € (4)	FUNDOS COMUNITÁRIOS QUE FICARAM POR UTILIZAR ATÉ SETEMBRO DE 2022 - Milhões € (5) = (1) - (4)	TAXA DE EXECUÇÃO até setembro.2022 (6) = (4) : (1)
POCI- Competitividade e Internacionalização	4 414	2 546	3 799	614	86,1%
POTISE- Inclusão Social e Emprego	2 130	1 390	1 877	253	88,1%
POCH - Capital Humano	3 096	2 265	2 913	182	94,1%
POSER- Sustentabilidade e Eficiência de Recursos	2 253	1 001	1 574	679	69,9%
PORN- Programa Regional do Norte	3 379	1 420	2 416	962	71,5%
PORC- Programa Regional do Centro	2 155	880	1 519	636	70,5%
PORL- Programa Regional de Lisboa	833	350	599	234	71,9%
PORA- Programa Regional do Alentejo	1 083	433	749	334	69,1%
PORAL-Programa Regional do Algarve	319	134	215	103	67,6%
POAC-Programa Açores	1 140	719	899	241	78,9%
POM- Programa Madeira	403	253	327	76	81,1%
PDR- Programa Des. Rural Continente	4 474	2 752	3 323	1 151	74,3%
PRORURAL- Prog. Des. Rural dos Açores	295	235	267	28	90,5%
PDRM- Programa Des. Rural da Madeira	179	109	142	38	79,1%
PO MAR	392	183	278	115	70,8%
<b>SOMA</b>	<b>26 546</b>	<b>14 670</b>	<b>20 899</b>	<b>5 647</b>	<b>78,7%</b>

FONTE:PORTUGAL 2020 - Programas Operacionais PORTUGAL 2020 e Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia – Nº 30, 30 setembro 2022 - ADC I.P.

Como revelam os dados oficiais divulgados pela A&D,IP, dos 26546 milhões € de fundos comunitários disponibilizados a Portugal, no período 2014/2020 o nosso país só utilizou 14670 milhões, ou seja, apenas 55,3% do que podia utilizar, ficando por executar 11.876 milhões € de fundos comunitários. Como o nosso país não executou a totalidade dos fundos comunitários no período em que podia fazer (2014/2020) pediu um prolongamento do prazo de execução. Mas em set.2022, quase dois anos após o período em que o PORTUGAL 2020” podia e devia ser utilizado para benefício do desenvolvimento do país e para o melhoramento das condições de vida dos portugueses ainda estavam por executar financeiramente 5647 milhões € (21,3%). Este atraso é dramático para o país, para as empresas e para os portugueses. É investimento que não se fez e podia ter sido feito; é emprego mais qualificado que não se criou levando muitos jovens a abandonar o país à procura de melhores condições de vida; é riqueza (PIB) que não foi criada causando o atraso do país, e a sua ultrapassagem por outros países da U.E. E a juntar a tudo isto **uma perda enorme de poder (418 milhões € apenas em 2022) devido à escalada de preços, o que determina que, com o mesmo dinheiro (€), se realize muito menos, ou então que se abandonem os projetos inicialmente aprovados.** E multiplicando pelos anos de atraso a perda é enorme.

### OS ATRASOS REPETEM-SE E ACUMULAM-SE NO “PRR”, A “FAMOSA “BAZUCA” QUE COSTA TANTO FALAVA NA SUA PROPAGANDA ELEITORAL, MAS QUE AGORA ESTÁ SILENCIOSO

O que está a acontecer com o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) é a repetição do que aconteceu com o “PORTUGAL 2020”, mostrando que o governo nada aprendeu com a experiência passada.

**Quadro 3 – Nível de execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) até 30.11.2022**

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO - Fundos comunitários Milhões €	RECEBIDO DA U.E Milhões €	Pagamentos até 31.11.2022 Milhões €	% paga até 30-11-2022	DESIGNAÇÃO /PAGAMENTOS	Pago Milhões Euros	DESIGNAÇÃO/P AGAMENTOS	Pago Milhões Euros
1. RESILIÊNCIA	11 125		456	4,1%	Famílias	121	Escolas	212
2. RANSIÇÃO CLIMÁTICA	3 059		279	9,1%	A IPSS	27	Autarquias	1050
3.TRANSIÇÃO DIGITAL	2 460		392	15,9%	A Empresas privadas	66	Entidades Públicas	343
<b>TOTAL</b>	<b>16 644</b>	<b>3 321</b>	<b>1 127</b>	<b>6,8%</b>	Aos ISCT	8	Empresas Pública	264

FONTE: Relatório-Monitorizacao-PRR-Sumario-2022/11/30

O PRR é para ser executado no período 2021 a 2026, e foi decidido que não haveria prolongamentos dos prazos. Os países que o não executarem totalmente até 2026, a parcela não utilizada será definitivamente perdida.

De acordo com a programação financeira, Portugal teria de utilizar (pág. 318), em 2021, 2.526 milhões €, sendo 1418 milhões € de empréstimos; e, em 2022, 3318 milhões €, sendo apenas 479 milhões € de empréstimos. Em

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

resumo, Portugal, de acordo com a programação financeira constante do próprio PRR, nos anos 2021 e 2022 devia ter executado/utilizado 5.844 milhões €, sendo 3948 milhões € de fundos comunitários e 1896 milhões € de empréstimos. No entanto, até 30 de novembro de 2022, Portugal tinha recebido da U.E. apenas 3.321 milhões €, ou seja, 56,8% do previsto receber nos dois primeiros anos, mas pago apenas 1127 milhões €, ou seja, somente 33,9% do recebido. Em suma, está-se a repetir no PRR o que aconteceu no “Portugal 2020”, mas aqui com diferença de que o não utilizado até 2026 o país perderá definitivamente. Não haverá prolongamento de prazos como aconteceu no “Portugal 2020”. Os atrasos pagam-se caros não só porque o que não for utilizado até 2026 é perdido, mas também porque o utilizado, devido à escalada de preços, para fazer o mesmo tem-se de pagar muito mais. **Considerando apenas a perda de poder de compra do não recebido e do recebido, mas não pago, a perda de poder de compra já atinge 353 milhões € só em 2022.**

#### O QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL “PORTUGAL 2030” QUE DEVIA SE TER INICIADO EM 2021, AINDA NÃO COMEÇOU A SER EXECUTADO EFETIVAMENTE

O chamado “PORTUGAL 2030” é o Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021/2027 financiado pela União Europeia. Como se pode ler no respetivo portal, “O Portugal 2030 materializa o [Acordo de Parceria](#) a estabelecer entre Portugal e a Comissão Europeia, fixando os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 22955 milhões € de fundos comunitários, a que se juntam obrigatoriamente 8493,5 milhões € de fundos nacionais, num total de 31488,5 milhões €”. Dividindo apenas a parcela de fundos da U.E. (22955 milhões €) pelos 7 anos em que podia e devia ser utilizado/executado (2021/2027), dá uma média 3285 milhões € por ano. Considerando 2021 e 2022, obtém-se 6083,3 milhões € que deviam ser utilizados, mas não foram, pois a pergunta que imediatamente se levanta é naturalmente a seguinte: O que foi já realizado/utilizado do “PORTUGAL 2030” nestes dois anos (2021 e 2022) que já praticamente passaram? Como consta do respetivo portal (<https://eurocid.mne.gov.pt/portugal-2030>) “Os primeiros avisos de concurso estão previstos para o final do ano, início de 2023”. **Portanto NADA. E a perda de poder dos 6083,3 milhões € apenas em 2022 atinge 486,7 milhões €.** Por inercia ou incapacidade e falta de responsabilidade o país vai assim perdendo fundos comunitários.

#### AS TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS DA UNIÃO EUROPEIA PARA PORTUGAL TÊM UM ELEVADO CUSTO PARA PAÍS

Muitos talvez pensem que as transferências de fundos da U.E. para Portugal são de “borla” e o nosso país não tem de pagar nada por isso. Mas a realidade é muito diferente. Portugal também transfere muito dinheiro para o orçamento da União Europeia que tem como origem os impostos pagos pelos portugueses.

Quadro 4 – Transferências de Portugal para a U.E., e da U.E. para Portugal – 2015/2022 – Milhões €

ANOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	SOMA
Transferências de Portugal para a U.E.-Milhões €	1 744,8	1 817,1	1 586,1	1 784,7	1 914,1	2 173,0	2 608,3	2 669,9	16 298,0
Transferências da U.E. para Portugal-Milhões €	2 299,8	3 433,3	3 643,1	4 399,5	3 485,2	4 855,5	7 908,1	6 247,2	36 271,7

FONTE: Relatórios do Orçamento do Estado de 2015 a 2023 - Ministério das Finanças

Em oito anos (2015/2022), as transferências de fundos feitas por Portugal para o orçamento da U.E. - 16298 milhões € - representaram 44,9% do que recebeu da União Europeia no mesmo período (36271,7 milhões €). Mas custos para o nosso país não são apenas estes. É a Comissão Europeia que no fundo decide aquilo em que o nosso país pode gastar/fazer com o que recebe da U.E. Para além disso, impõe limites rígidos quanto ao défice orçamental e à dívida pública e se Portugal não respeitar pode ser severamente punido. **A U.E. decidiu desencadear uma guerra económica contra a Rússia, por esta ter invadido a Ucrânia, que está a destruir mais a U.E. do que Rússia**, pois está a determinar uma escalada dos preços e taxas juros, devido à multiplicação de sanções e à retaliação da Rússia, **com consequências dramáticas para os portugueses, nomeadamente para as classes médias e de baixos rendimentos, e a ruína da economia nacional (muitas empresas portuguesas estão a desaparecer devido ao aumento de custos e a redução drástica das vendas causada pela quebra dramática no poder de compra da população), e o governo cumpre obedientemente as ordens de Bruxelas. E agora a C.E. aprovou ainda mais sanções, como as anteriores já não fossem suficientes, proibindo a compra de petróleo russo a um preço superior a 60€/barril, e a Rússia já anunciou que o não venderia aos países que não aceitassem o preço de mercado, e também a importação de gasóleo da Rússia, apesar da capacidade de refinação existente na U.E. não ser suficiente para satisfazer o seu consumo, o que causará que a escalada de preços vai continuar.** E como a guerra vai continuar e a Ucrânia a ser destruída, será a U.E. que terá de a reconstruir com dinheiro dos contribuintes europeus incluindo portugueses. A C.E. pretende já em 2023 financiar a Ucrânia com 18000 milhões €, e serão os países da U.E., incluindo Portugal, que terão de pagar. E quando a Ucrânia ingressar na U.E. uma parte dos fundos que vêm agora para Portugal irão para a Ucrânia por ser um país ainda muito menos desenvolvido do que Portugal. **Eis a realidade e a verdade que ninguém quer dizer aos portugueses.**

Eugénio Rosa – [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) – 10/12/2022

Eugénio rosa - economista - mais estudos sobre outros assuntos disponíveis em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com) 3